



Pregão eletrônico SRP n°: 001/2021

Processo Administrativo n°: 002/2021-SEMAD

Órgão Consulente: Controladoria Geral do Município

Parte interessada: Secretaria Municipal de Administração e outras.

## PARECER N° 010/ 2021 – CGM

### 1- INTRODUÇÃO

Considerando a norma contida nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art.74, inciso IV, bem como previsto na Lei n° 8.258/2005, apresenta o Parecer Técnico da Unidade de Controle Interno sobre os procedimentos adotados pela administração municipal concernente a formação de registro de preço para contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes em geral, para os ou que sejam objeto de contratos administrativos de locação.

### 2- RELATÓRIO

O procedimento licitatório tem como finalidade, garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bom como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específico das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3° da Lei n°8.666/93, verbis: *“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da probidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”*.

A Lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão que deverá ser modalidade utilizada para aquisição de bens e serviços comuns.

Considerando o objeto pretendido, a Comissão de Processo Licitatório, gerou o **Pregão Eletrônico SRP n° 001/2021**, obedecendo todos os dispositivos legais, 



afim de ter atendido o objeto pleiteado pelas Secretarias Municipais de Pindaré-Mirim-MA.

Analisando minuciosamente o processo licitatório, conclui-se que o mesmo se encontra instruído com todos os elementos necessários, tais como: solicitação de licitação, termo de autorização, minuta de edital, parecer jurídico, portarias dos secretários solicitantes, documentação de propostas e habilitação, certidões negativas no âmbito municipal, estadual e federal, nota de empenho e demais documentos exigidos que atestam a legalidade para a contratação do objeto solicitado.

### 3- CONCLUSÃO

Assim, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais para seu prosseguimento, devendo ser procedida a regular e necessária assinatura de contrato.

Declaro por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Pindaré-Mirim: 18 de fevereiro de 2021

*Maria Roselle Ferreira Sousa*  
**Maria Roselle Ferreira Sousa**  
Assessora Jurídica  
OAB/MA:20.575